

Assumir ciganofobia como problema acelerará a inclusão

Especialistas alertam para a necessidade de mitigar situações habitacionais indignas e de criar políticas antidiscriminação no emprego. Nova estratégia ainda não é conhecida



Em Portugal, mais de metade das pessoas ciganas diz já ter sofrido discriminação

INVESTIGAÇÃO

Ciganos terão novo estudo, após uma década

As comunidades ciganas vão ser alvo de um novo estudo nacional, dez anos após o primeiro, e até agora o único, sobre a sua presença em Portugal. E o contexto atual é mais desafiador, à boleia do crescimento do populismo e da extrema-direita. “Os ciganos sempre foram ‘os outros’, mas são cidadãos portugueses há séculos. É essencial combater o anticiganismo desde cedo”, defendeu ao JN a coordenadora do estudo Maria Manuela Mendes, alertando para o impacto da normalização dos discursos de ódio. Mais de metade das pessoas ciganas diz já ter sofrido discriminação em Portugal. Os níveis são muito superiores à média nacional, segundo o inquérito mais recente do Instituto Nacional de Estatística. Neste momento, o projeto – financiado pela FCT e coordenado pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – já arrancou, e deverá estar concluído em 2026. O objetivo é aprofundar o diagnóstico e o conhecimento histórico sobre as comunidades ciganas. Deverão ser realizados inquéritos, nomeadamente à população não cigana.

Inês Malhado
ines.malhado@jn.pt

VULNERABILIDADE É na educação e no associativismo que, nos últimos anos, continuaram a ser dados avanços na integração das comunidades ciganas em Portugal. No entanto, as barreiras permanecem, especialmente no acesso à habitação, ao emprego e à saúde, onde a discriminação e o preconceito ainda exerce um peso considerável. O alerta é feito por sociólogas que identificaram as necessidades das pessoas ciganas há mais de um ano, a pedido do anterior Governo, numa proposta entregue para a nova Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) para 2030. Mas o atual Executivo decidiu repetir internamente o trabalho.

Para acelerar a inclusão social, “a ciganofobia deve ser reconhecida como um problema pelo Estado”, sublinhou ao JN Inês Bar-

bosa, socióloga da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A também coordenadora do Estudo Nacional das Comunidades Ciganas (ler caixa) concretiza: “Incluir o termo anticiganismo no Código Penal, tal como se fez em Espanha, é um passo fundamental porque afeta todas as outras dimensões [da vida das comunidades]”.

HABITAÇÃO PRECÁRIA

Na habitação, as dificuldades são igualmente marcantes. “Persistem situações de nomadismo forçado e habitações indignas, sem saneamento básico, água ou eletricidade”, acrescentou Maria Manuela Mendes, socióloga do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE e coordenadora do projeto. O preconceito é um entrave adicional, muitas vezes evidenciado pela rejeição de agentes imobiliários e potenciais vizinhos, apontou.

Para as especialistas, é urgente mapear situações

habitacionais precárias, criar programas para regularizar bairros autoconstruídos, adotar políticas antidiscriminação com penalizações no setor do emprego, a criação de quotas no setor público, criar cheques saúde e incluir conteúdos sobre a história e a cultura cigana nos currículos escolares.

A análise do que foi feito nos últimos cinco anos, com base em inquéritos à população cigana, entrevistas e a auscultação de diversos grupos focais, resultou numa centena de propostas, que continua sem uma implementação clara. “Preocupa-nos esta lassidão. Há dinheiros públicos investidos e um trabalho sério realizado, mas não sabemos como será aplicado”, resumiu Maria Manuela Mendes.

O anterior plano (2018-2022), prorrogado por mais um ano, teve uma taxa de execução global “de apenas 68%”, revelou, ao JN, fonte oficial da Presidência do Conselho de

Ministros, referindo-se ao relatório final entregue em novembro de 2023 pela equipa externa de investigadores, que continua sem ser pública.

A nova ENICC deveria ter sido colocada em consulta pública no final de outubro passado. A garantia foi dada pelo secretário de Estado Adjunto da Presidência, no Parlamento, mas, até à data, o documento não deu entrada no portal ConsultaLEX.

Questionado sobre a revisão, em meados de novembro, o gabinete revelou que o Governo, em conjunto com a Agência para a Integração Migrações e Asilo, criou uma equipa interna para ouvir sete grupos focais que envolveu 50 entidades, desde associações ciganas, académicos, entidades públicas, municípios, associações empresariais, e 20 estudantes que beneficiaram do programa de bolsas do Programa Operacional para a Promoção da Educação. ●